

Novos planos educacionais

Uma série de medidas destinadas a enfrentar a profunda crise do ensino público paulista foi anunciada pelo secretário da Educação de São Paulo, Fernando Moraes. A mais significativa delas, de caráter financeiro, foi a liberação de um empréstimo do Banco Mundial da ordem de US\$ 245 milhões — Cr\$ 64 bilhões — com objetivo específico, qual seja a implantação de um regime escolar que permita a permanência da criança das duas primeiras séries do primeiro grau por seis horas-aula/dia na escola. As demais medidas, por enquanto, são manifestação de vontade, posto que a elaboração de um amplo programa de reformas do sistema educacional paulista está a cargo de um chamado núcleo estratégico, assessorado por uma comissão composta de 40 educadores, com compromisso de apresentar propostas modernizadoras tanto para a área administrativa da secretaria, como para uma ampla reformulação do conteúdo curricular ministrado.

Para que se tenha a exata medida do que significa o apoio financeiro do Banco Mundial, convém relacionar o seu valor com o orçamento previsto para este ano para a Secretaria da Educação Paulista, Cr\$ 394 bilhões, um pouco mais de US\$ 1,5 bilhão, ou exatamente 12,12% do orçamento total do Estado. Antes de qualquer outra avaliação do custo-benefício desses recursos públicos, é preciso saber que 81% dessa quantia é gasta com salários de uma espetacular folha de pagamento em que há mais de 200 mil professores na ativa e bem mais de 50 mil funcionários, para uma rede de 6.300 escolas, das quais pelo menos 3.300 exigem reformas imediatas. Os recursos do Banco Mundial representam, portanto, menos de 17% do orçamento anual da secretaria e, se tem destinação definida, cumpre saber se não se repetirão os velhos erros: construir sala de aula na con-

tramão dos fluxos migratórios, mas muito a favor dos fluxos políticos. Vale também lembrar que o governo do Estado, em publicidade oficial sobre a reforma, anunciou a contratação de mais 20 mil funcionários para as escolas.

Por outro lado, a equipe técnica da Secretaria da Educação revelou sensata preocupação em empreender uma política de desenvolvimento dos recursos humanos no magistério paulista. O secretário revelou sua preocupação também com a atualização e o treinamento de professores da rede pública. Com muita insistência, porém, se vinculou a questão salarial a formas de avaliação dos professores. É fato que, hoje, o corpo docente da rede oficial de ensino do Estado de São Paulo só conhece duas formas de avaliação profissional: assiduidade e tempo de serviço. Cabe ver, porém, que pagar pouco mais de US\$ 200 por mês por uma jornada de trabalho de pelo menos seis horas-aula/dia e esperar um sofisticado desempenho profissional é partir de maus princípios de gerência administrativa. Pior ainda é tentar encontrar no professor da rede pública, com todas as suas deficiências de formação, o “bode expiatório”, o responsável por toda a falência do ensino público paulista. Investir bem no recurso humano que se tem é antes de mais nada compreender a suas deficiências. Até mesmo para transformá-las para melhor.

